

## ATA DE POSSE E DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CEMVEJ DE FEVEREIRO DE 2021

No décimo dia de fevereiro de 2021, às 14 horas, por meio de videoconferência disponível no link <<http://conferencia.pr.gov.br/CEMVEJ>>, foi realizada a posse da nova gestão e reunião ordinária do Comitê Estadual de Memória, Verdade e Justiça do Estado do Paraná. Conforme convocação prévia, fizeram-se presentes: **Titulares Governamentais:** Paulo Sergio Sena (SEJUF); Regina Célia Vitório (SEED); Darli Gonçalves Cordeiro (SEEC); **Suplentes Governamentais:** Ana Raggio (SEJUF); Aimoré Índio do Brasil Arantes (SEEC); Marina Braga Carneiro (Arquivo Público/PR); **Titulares da Sociedade Civil:** Ivete Maria Caribé Rocha (SEPAJ); Marionilde Dias Brepohl de Magalhães (UFPR); Aluizio Ferreira Palmar (CDHMP); Matheus Felipe Ferreira Pinto Bregenski (UPES); **Suplentes da Sociedade Civil:** Daniel de Oliveira Godoy Junior (SEPAJ); Luis Fernando Lopes Pereira (UFPR); Adélia Lopes Salamene (SINDIJOR PR); Carla Luciana Souza da Silva (UNIOESTE); **Convidados Titulares:** Olympio de Sá Sotto Maior Neto (MP/PR) Maria Aparecida Blanco de Lima (TJ/PR); **Convidados Suplentes:** Luís Gustavo Anabuk (DPE); Convidados/Colaboradores: Thais (ALEP); Mariana Spiller; Giuliano (Mandato Joseti); Isacir Mognon (COOPER BIOBRASIL); Hialony Rodrigues (SEJUF); Salomão (Fórum). Abertura: o Dr. Paulo Sérgio Sena agradeceu a todos (as) presentes e enalteceu a relevância do Comitê Estadual de Memória, Verdade e Justiça do Estado do Paraná. A servidora Ana deu continuidade explicando que o Comitê foi instituído por meio de Decreto em 2017, prosseguindo as atividades da Comissão Estadual da Memória - Teresa Urban, que dentre suas recomendações consignou criação de um Comitê de acompanhamento. Sendo esta a segunda gestão deste comitê, a primeira gestão tomou posse em 2018, tendo suas atividades encerradas em 2020. **1. Cerimônia de Posse:** no dia 10 de fevereiro de 2021 ficou registrada a posse dos integrantes. A servidora Ana informou que a cerimônia contará com a presença do Secretário Ney Leprevost, porém, devido a um compromisso, o Secretário só poderá comparecer a partir das 16 horas. Ana realizou a leitura de todas as pessoas nomeadas pelo Decreto Nº 6707/2021, agradecendo a todos (as) pela participação nesta primeira reunião. Ademais, relatou que há atividades da gestão anterior para serem finalizadas, e que o Departamento de Promoção e Defesa dos Direitos Fundamentais e Cidadania (DEDIF), cuja chefia é o Dr. Paulo Sérgio Sena, é o órgão dentro da SEJUF responsável pelo apoio técnico e administrativo das atividades do comitê. Ana também desejou uma gestão profícua e que o Comitê possa dar efetividade às recomendações da Comissão Estadual da Verdade - Teresa Urban. O Dr. Paulo Sena mencionou que irá apresentar ao Comitê o DEDIF e colocou o Departamento à disposição para promover o melhor trabalho possível dentro deste mandato, elevando a importância do Comitê e o regime interno anteriormente formulado e encaminhado a todos os membros. O Dr. Olympio exaltou a felicidade em poder dar sequência às atividades do Comitê e a importância na rememoração de atos que feriram gravemente os direitos humanos. A Dra. Ivete também exaltou a felicidade na continuidade dos trabalhos nesta nova gestão do Comitê, agradecendo especialmente ao Dr. Olympio e a Dra. Maria Aparecida pelo trabalho fundamental nesta vitória para a continuidade das atividades. **2. Aprovação da pauta:** a servidora Ana compartilhou - por e-mail e durante a videoconferência - as pautas desta reunião para aprovação. Salomão solicitou a inclusão de pauta sobre presos políticos Chilenos para debate. As pautas foram aprovadas. **3. Apresentação calendário de reuniões:** a servidora Ana trouxe a proposta de que todas as reuniões aconteçam na segunda quarta-feira do mês, na parte da tarde, em ambiente online, devido a pandemia do novo coronavírus. O calendário foi aprovado pelos membros. **4. Análise e aprovação do**

**regimento interno:** A servidora Ana registrou que foi enviada uma minuta para todos (as) por e-mail em conjunto com a convocação da reunião, da mesma forma, compartilhou-a com o Comitê durante a videoconferência. Ana realizou a leitura da minuta de regimento interno para todos (as) presentes, realizando assim as alterações e destaques necessários em conjunto com os demais membros. O Dr. Olympio sugeriu alteração do tópico E do Art. 9 para que a votação para coordenação seja de forma aberta. Ana elaborou uma proposta de redação sobre o sigilo absoluto: “Será preservada a identidade do denunciante ou da vítima, nos casos em que o sigilo for solicitado ou necessário para a garantia da integridade física, moral e/ou psicológica da vítima e/ou denunciante, devendo ser observada a Lei Federal 13709 de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais”. Outra proposta de alteração realizada foi no Art. 2 “Discutir e fomentar ações de localização de acervos documentais que versem sobre violações aos direitos humanos relativas ao período de 18 de setembro de 1946 a 05 de outubro de 1988, ou ocorridas posteriormente em decorrência do regime vigente no referido período, assim como em afirmação ao mesmo.” Além disso, a servidora Ana formulou uma proposta de redação simplificada para os seguintes pontos: "Parágrafo 1 - Os membros do comitê convidados serão nomeados por decreto pelo Chefe do Poder Executivo para mandato de 2 anos"; “Parágrafo 2 - Para escolha dos membros representantes e entidades da sociedade civil organizada será nomeada Comissão Eleitoral por deliberação do comitê, a qual caberá a coordenação do processo eleitoral com a publicação de Edital de Chamada Pública ser amplamente publicizado pelo período mínimo de 30 dias e assegurado prazo para recurso”. A minuta, apresentando todas as alterações, será encaminhada via e-mail para todos os membros antes da próxima reunião para continuidade dos debates, colocando-se a necessidade de regramento da eleição da sociedade civil e atribuições da Coordenação. **5. Eleição da Coordenação do Comitê:** a servidora Ana primeiramente informou que a coordenação das atividades do Comitê é da Secretaria do Estado da Justiça, por disposição do Decreto de criação do mesmo. No entanto, lembrou que na gestão anterior havia uma coordenação compartilhada entre um representante da sociedade civil e um representante do poder público. Visto isso, é necessário decidir como deverá acontecer essa coordenação na gestão atual. A Dra. Ivete Maria foi aprovada pelos membros como representante da sociedade civil nesta coordenação compartilhada, sendo que em sua ausência a substituirá seu suplente, o qual concordou após consulta por mensagem de whatsapp. **6. Implementação da sala LUME:** a Dra. Maria Aparecida informou que estavam aguardando o Comitê se estabelecer e a indicação do servidor (a) que irá efetuar as tarefas na Sala Lume. Portanto, deverá haver diálogo com o Tribunal de Justiça em relação a abertura da sala, horários e demais detalhes necessários que deverão ser formalizados para sua inauguração. A servidora Ana mencionou que no antigo prédio do Ahú, que atualmente é o Centro Judiciário do Estado do Paraná, o TJ cedeu uma sala chamada Lugar da Memória (LUME), para que haja o acervo da Comissão Estadual da Verdade e sejam realizadas atividades. A partir disso, o Comitê solicitou um servidor e houve a designação da servidora Hialony para que ela realizasse o trabalho de abertura da sala. Em relação ao período, foi proposto que seja duas vezes na semana devido a pandemia do novo coronavírus. Entretanto, devido a este momento, há dificuldades para abrir o atendimento presencial na sala, visto isso, a servidora indaga ao Comitê como proceder perante a isto e também sobre o que será armazenado na sala, capacitação, atividades e etc. O Dr. Aluizio argumenta que a sala não pode ser apenas um depósito de documentos ou áudios, mas que deverá sensibilizar com depoimentos de vítimas e, a partir disso, o visitante irá procurar os documentos referentes. Ainda, indagou sobre a estrutura e recursos

necessários para a funcionalidade da sala. A servidora Ana respondeu que o TJ cedeu televisores, caixas de som, armários e, portanto, grande parte dos equipamentos necessários já estão disponíveis. A Prof. Marionilde pontuou que para que, seja mais bem equipada a sala, é possível a apresentação de projeto ao MPF, assim como pela Lei Rouanet e se disponibilizou para auxiliar na elaboração do mesmo. Todavia, pontuou que, para tanto, é necessário que a Sala tenha um Estatuto e CNPJ. Ana ponderou que entende que não seria esse o caso, uma vez que é uma sala de propriedade do Tribunal de Justiça. A Dra. Maria Aparecida concordou com o posicionamento e sugeriu que seja encaminhado ofício ao TJPR informando a servidora designada e perguntando sobre procedimentos para abertura da sala. Tendo em vista a necessidade de aprofundamento dos debates sobre como proceder a respeito da questão, ficou definido que a Dra. Ivete, Profa. Marionilde, Dra. Maria Aparecida, Claudia Hoffmann, Ana e Hialony irão realizar reunião para tratar detalhadamente a Sala Lume.

**7. Presos políticos chilenos:** o Dr. Salomão relatou sobre a campanha internacional para a liberação dos presos políticos no Chile, presos estes que em outubro de 2019 fizeram parte da explosão revolucionária no país que teve início no aumento de 30 centavos nos bilhetes do ônibus. Porém, obviamente não se tratava apenas do aumento e sim de 30 anos de violências aos direitos dos trabalhadores chilenos, principalmente referente às suas aposentadorias. Em decorrências a estas manifestações, um número indeterminado de pessoas estão indevidamente presas, sem processos ou evidências. A campanha consiste em moções endereçadas ao presidente do Chile, Sebastián Piñera, e a segunda atividade idealizada é a ida de uma delegação ao Consulado do Chile. A Dra. Ivete informou que o SEPAJ com certeza irá assinar e, como é uma sequela da ditadura chilena, também faz parte de nossa história e nos diz respeito. Dr. Olympio retomou o debate anteriormente realizado de que o CEMVEJ deverá restringir suas atividades ao contido no Relatório da Comissão da Verdade do Estado. Assim, consignou-se que a questão seja debatida no âmbito do Fórum da Memória, Verdade e Justiça.

**8. Informes:** a servidora Ana informou que o Secretário Ney Leprevost não pode participar da cerimônia, porque foi convocado para uma reunião de secretariado com urgência na Casa Civil, mas enviou seus cumprimentos e o compromisso da Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho para continuidade dos trabalhos do Comitê e o apoio técnico necessário para isso. O Dr. Olympio sugeriu que nas próximas reuniões o Comitê busque implementar as recomendações da Comissão Estadual da Verdade, podendo, assim, fazer um estudo conjunto dentre as recomendações, quais poderiam ser trabalhadas na próxima reunião, dividindo-as em grupos. A servidora Ana comprometeu-se com o envio do link de acesso ao documento caso alguém não possua. Ana pontuou também que duas semanas antes da reunião será enviada a solicitação de pauta, havendo assim esse prazo de inclusão de novos pontos para debate e, uma semana antes, será encaminhada a convocação de acordo com o calendário já aprovado. O Dr. Olympio informou sua preocupação perante ao projeto de militarização dos colégios estaduais, indicando um retrocesso democrático e à liberdade de expressão dos (as) alunos (as) e professores (as). Assim sendo, surge a necessidade do enfrentamento a essa medida absurda apresentada pelo Governador Carlos Massa. Por fim, a servidora Ana informou a todos os canais de comunicação em caso de dúvidas. A presente ata foi lavrada por Davi da Rosa e corrigida pela servidora Ana Raggio.